



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 29 de abril de 2021.

NÃO À PEC 32, FORA BOLSONARO!

O Brasil sofreu mudanças importantes na conjuntura nesses últimos meses que será a tônica para o próximo período. As crises no governo Bolsonaro se agravam a cada dia e seus pilares estão calcados no tripé: Estagnação econômica, pandemia da covid 19 e o meio ambiente. A política econômica definida pelo Ministro Paulo Guedes tem centralidade nas ações de desmonte do Estado, das estatais, aumento do desemprego, a exploração dos(as) trabalhadores(as), precarização, desindustrialização, e privatização. Além disso, diminuiu os valores e o número de pessoas a serem atendidas pelo auxílio emergencial, a principal ação do ano passado que evitou uma queda maior da economia. Guedes também mantém a ciranda financeira dos bancos, com a aprovação da autonomia do Banco Central. A política do governo está na contramão de diversos países pelo mundo que têm aprovado pacotes bilionários de incentivo ao setor privado e programas de apoio às pessoas. Já a crise sanitária faz com que o Brasil passe por um inferno furioso (segundo o consultor sênior da OMS Bruce Aylward), com 400 mil mortes. Os dados apontam hospitais lotados, faltam testagem, pessoal, vacinas para segunda dose e uma ação coordenada do Ministro da Saúde. Soma-se a essa situação a instalação da Comissão Parlamentar Inquérito da Pandemia no Senado, que tem como objeto investigar as ações do governo e o uso de verbas federais na pandemia de Covid-19. A bancada governista é minoria na Comissão, o que deflagrou uma guerra declarada entre os senadores, pois o governo sabe que essa CPI pode desencadear uma investigação que aponte os erros do Ministério da Saúde na condução da política de enfrentamento da Covid 19 e ser mais um elemento para os mais de 300 pedidos de impeachment parados na Câmara. A terceira ponta desse tripé é a situação do meio ambiente. Em reunião sobre o clima, com a presença de líderes de 39 países, o governo Bolsonaro sofreu pressão internacional para apresentar uma política de controle do desmatamento. A tentativa de “passar a boiada”, como já afirmou o ministro Ricardo Salles do Meio Ambiente, sofreu mais um abalo com a denúncia do ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Alexandre Saraiva. A notícia-crime que o delegado enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) é de organização criminosa, advocacia administrativa e obstrução de fiscalização por parte de Salles. Todos



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

esses elementos desgastam Bolsonaro, que busca fôlego. A reforma ministerial foi uma tentativa de um rearranjo de forças dentro de um governo que é uma colcha de retalhos de extrema direita em constante disputa, que conta agora com o Centrão. Bolsonaro, já se movimenta para a sucessão de 2022 e nesse cenário da disputa eleitoral tem uma nova peça no tabuleiro: o retorno do ex-presidente Lula, que teve a suspensão das condenações e garantia da elegibilidade aprovada no STF. Atento a isso o governo e seus aliados tentam acelerar a pauta na Câmara para deslocar o debate sobre as crises que assolam o país. Dentre os pontos que os governistas querem votar na Câmara dos Deputados nos próximos meses, está a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), Tributária (PEC 45/2019), de privatizações, em particular, a dos Correios (PL 591/2021) e Eletrobrás (MP 1031/2021). Já no Senado, está na agenda o Plano Mais Brasil, que conta ainda com a PEC 187 e 188, que tratam respectivamente dos fundos Públicos e pacto federativo, e a PEC 110/2020, da reforma tributária. A Direção Nacional da FASUBRA, em conjunto com as entidades sindicais, continua a movimentação para barrar a Reforma Administrativa - PEC 32, que essa semana iniciou a realização de audiências públicas com a participação de representantes das entidades, na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. A DN também tem realizado reuniões com parlamentares diretamente envolvidos com a PEC 32. Na semana passada realizou reunião com o vice-presidente da Câmara o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), essa semana com o relator da PEC 32 o deputado Darci de Matos (PSD-SC), a estratégia das entidades é pela retirada da PEC, pois não há como apresentar substitutivo, por ser inconstitucional e desmontar o estado brasileiro. Portanto, está na agenda do FONASEFE realizar reuniões com a liderança da minoria para que não apresente nenhuma proposta de substitutivo neste momento. Também realizar o diálogo com demais setores do serviço público para buscar a unidade necessária na luta contra a reforma. Além disso, a DN da FASUBRA tem participado das frentes parlamentares mista em defesa do serviço público, se dispondo a participar das audiências públicas e qualquer ação contra a reforma. Também organiza junto com as entidades da educação um novo pedido de impeachment contra o governo. A tarefa é aumentar o desgaste do governo para que não tenha forças para aprovar as suas contra reformas, por isso a pressão também deve ser feita aos parlamentares nos estados, com mobilizações em seus núcleos eleitorais. A produção de materiais virtuais, outdoors, faixas,



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

carreatas e outras ações são fundamentais nessa pressão. O deputado que votar na reforma do governo, não volta - Se votar não volta! No calendário está previsto o primeiro de maio, que será um dos mais importantes nessa conjuntura, buscando a unidade com os trabalhadores das demais esferas e da iniciativa privada. A DN da FASUBRA, mantém a orientação às entidades de base que constituam os comandos de mobilização de base, para auxiliar no processo de mobilização, e convoca o comando de mobilização nacional. A FASUBRA também realizará Encontros Regionais em maio/junho, para debater táticas e estratégias de mobilização e organização sindical para o período. Manter nossa organização unificada e derrotar a PEC 32.

#FORA BOLSONAROEMOURÃO, VACINA PARA TODAS E TODOS JÁ!

ORIENTAÇÕES ÀS ENTIDADES DE BASE PARA A PARTICIPAÇÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS (VIRTUAIS)

A Direção Nacional da FASUBRA, seguindo as deliberações da Plenária Nacional, encaminha as orientações às entidades de base para a realização dos Encontros Regionais (virtuais).

ENCONTROS REGIONAIS (VIRTUAIS) 2021

Da pauta:

1. Conjuntura e Nacional e Internacional:
 - Reforma Administrativa;
 - Retorno ao trabalho presencial;
 - Trabalho remoto;
 - Orçamento do governo sobre os cortes na educação.
2. Táticas e estratégias de mobilização e organização sindical para o período;
3. Analisar e Debater IN 65 de 31 de julho 2020 - FASUBRA disponibilizará o parecer da assessoria jurídica e a análise da CNSC;

4. Decreto 10.620 e os aposentados (as) e aposentandos;
5. Tema definido da região;
6. Outros.

Do calendário::

CALENDÁRIO PARA OS ENCONTROS REGIONAIS			
REGIÃO	DATA	ENTIDADES	MODALIDADE
SUDESTE	22 e 23/05	ASAV; ASSUFOP; SINDIFES; SINDUFLA; SINT/UNIFAL; SINTUNIFEI; SINTUFEJUF; SINDSUFJSJ; SINTET-UFU; SINDTTAE; SINTUFF; ASUNIRIO; SINTUFRJ; SINTUR-RJ; SINTUFES; SINTUNIFESP; SINTUFSCAR; STU; SINTUF-ABC	Virtual
CENTRO- OESTE	29 e 30/05	SINTFUB; SISTA/MS; SINTUF- MT; SINT-IFESGO; SINTEF-MS	Virtual
NORTE	05 e 06/05	SINTESAM; SINTEST-AC; SINTUNIR; SINTAD-TO; SINDTIFES-PA; SINSTAUFAP	Virtual
SUL	12 e 13/06	ASSUFRGS; ASSUFMS; ASUFPEL; APTAFURG; SINTUFSC; SINDITEST-PR; SINDIPAMPA; SINDTAE; SINDIEDUTEC	Virtual
NORDESTE	19 e 20/06	SINTUFCE; SINTEMA; SINTUFPI; SINTUF-PA; ASSUFBA; SINTUFS; SINTUFAL; SINTESPB; SINTUFEPE-F; SINTUFEPE-R; SINTEST-RN	Virtual



FORMATO DO ENCONTRO VIRTUAL:

01. Da organização:

Os encontros regionais são instrumentos de organização da FASUBRA Sindical e serão organizados pela Direção Nacional, cabendo à federação a organização da pauta e dinâmica dos debates;

02. Dos participantes:

Para participação nos encontros, as entidades de base deverão inscrever suas delegações junto à FASUBRA, devendo para tanto ser comunicado à entidade organizadora no prazo de 07 dias de antecedência para que seja garantida a estrutura. As delegações terão seu número de componentes limitado ao quantitativo máximo em relação ao número total de trabalhadores na base (1.100 e fração maior ou igual a 50) que a entidade tem para participação no CONFASUBRA, independente do número de presentes às assembleias.

A Direção Nacional terá a participação da representação política em número de 07 (sete) componentes, aberto à participação de outras (os) coordenadoras(es).

03. Das mesas e debatedores:

As mesas serão organizadas com estabelecimento prévio de tempo e sua composição numa dinâmica que compreenderá um tempo para exposição e outro para debate com participação dos presentes. As mesas serão dirigidas por um(a) coordenador(a) auxiliado(a) por um(a) relator(a) e um(a) secretário(a) que se encarregarão da produção do relatório que deverá ser publicizado em até 30 dias.

- Escolher os representantes em Assembléia Geral, com proporcionalidade direta entre as chapas que se apresentem, e a cláusula de barreira em conformidade com estatuto da FASUBRA para plenárias e congressos (A chapa, para ter direito a eleger representante, deve fazer um mínimo de 10% de votos válidos na eleição, se houver duas chapas e, 5% se houver mais de duas chapas) ou homologar chapa única em caso de acordo;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Informar com antecedência mínima de 07 dias a secretaria da FASUBRA, o número de participantes ao Encontro;
- A Direção Nacional disponibilizará os textos de subsídios ao debate a ser realizado no Encontro;

04. Das entidades convidadas:

Entidades sem filiação à federação, ou que estiverem inadimplentes serão convidadas para os encontros regionais, na condição de entidades observadoras, para que possam conhecer a política da FASUBRA.

RELATÓRIO DA REUNIÃO (VIRTUAL) DO FONASEFE 20/04/21

Entidades presentes: ANDES-SN (Rivânia, Luis Blume), CSP-CONLUTAS (Zanata-assessoria, Barela, Gesa), FENASPS (Moacir, Laura, Deise), CONDSEF (Rogerio, Jussara, Gilberto. Sérgio), SINASEFE (Lobão, Gabriel), ASSIBGE-SN (Paulo) FENAJUFE (Fabiano, Thiago), ASFOC-SN (Paulinho), FASUBRA (Toninho, Luan), SINDIRECEITA (Geraldo), SINAIT (Marco Aurélio), SINAL (Paulo Lino, Tancredi), PROFES (Ana Maria), SINDIFISCO-NACIONAL (Kurt)
Entidades convidadas: SINDMPU (Elizabeth), FENAJUD (Velleda), FENAMP (Maurício)

Pauta:

1. Tarefas pendentes; 1º de maio; Encontro dos servidores públicos; Agenda de atividades e Encaminhamentos:

1. Tarefas Pendentes:

- Elaborar carta a ser entregue às duas frentes parlamentares de defesa dos serviços públicos, chamando a construção da unidade nas ações de enfrentamento contra a PEC 32; (responsável – Paulo Lino/SINAL)

Construção de um manifesto das entidades dos servidores públicos com abertura para adesões. Mudanças na proposta devem ser enviadas para Fabiano (FENAJUFE), até o dia



22/04/21, às 12:00 h, para ser fechado na reunião da coordenação de sexta-feira, dia 23/04/21;

- Ofício ao dep. Marcelo Freixo (PSOL-RJ), líder da minoria, requisitando reunião com o FONASEFE para tratar das ações contra a PEC 32. Agendar, a depender da disponibilidade do deputado, para sexta-feira pela manhã; (responsáveis: Lobão e Gilberto)
- Direcionar o impulsionamento dos materiais da campanha contra a PEC 32 nas redes sociais às bases eleitorais dos deputados da CCJ da Câmara; Reforçar o chamado para a construção do faixaço do FONASEFE no DF, no dia 30 de abril;

2. 1º de Maio

- As entidades do FONASEFE devem se manifestar até sexta-feira (23/04) sobre a subscrição de carta destinada às centrais sindicais, expressando a insatisfação em relação ao caráter do 1º de maio organizada pela maioria das centrais, com a participação de setores, ligados aos grandes empresários, que historicamente foram protagonistas de ataques aos direitos dos trabalhadores e dos servidores públicos. (responsável pela elaboração da carta: Barela);

3. Encontro Nacional dos Servidores Públicos.

- Solicitar que as centrais, principalmente as centrais que compõem o FONASEFE, debatam e decidam sobre a necessidade de organizar o encontro nacional dos servidores públicos ainda para o 1º semestre de 2021;

4. Agenda de Maio:

Remeter para discussão nas entidades do FONASEFE debate sobre a organização de um dia nacional de luta dos servidores contra a PEC 32, pela vacina, etc. no mês de maio. Deliberação sobre o tema será feita na próxima reunião do FONASEFE.

RELATÓRIO DO ENCONTRO JURÍDICO

Nos dias oito e nove de abril de 2021, foi realizado o I Encontro Virtual do Coletivo Jurídico



da FASUBRA Sindical, com a participação de 148 inscritos, sendo 29 entidades, 58 mulheres e 90 homens. A pauta do primeiro foi: 1. Palestra de abertura. Liberdade de Expressão e Autonomia Universitária; 2. Reforma Administrativa (PEC 32) e EC n.109; 3. Condições de Trabalho e Reflexos na Aposentadoria; e no segundo dia: 1. Concessão de Aposentadoria nas Universidades (Decreto n.10.620/21); 2. Demandas Jurídicas das Entidades Sindicais Filiadas.

Os encaminhamentos serão objeto de análise da Assessoria Jurídica da FASUBRA.

ENCAMINHAMENTOS DO ENCONTRO JURÍDICO DA FASUBRA

1. Necessidade de a FASUBRA contratar uma Assessoria Parlamentar para acompanhamento das matérias no congresso nacional;
2. Necessidade de as entidades de base de contratar assessorias de engenharia de segurança e medicina do trabalho para auxiliar nas questões de saúde do servidor;
3. A FASUBA deve criar um repositório/banco de dados de pareceres, de jurisprudências e textos sobre os temas jurídicos, que fiquem disponíveis para acesso de todos (página da internet da Fasubra)
4. No que se refere à conversão do tempo de aposentadoria especial, avaliar nos locais de trabalho a pertinência de ação coletiva ou individual. A ação, na medida do possível, deve ser precedida de requerimento administrativo
5. Decreto 10.620/21. Estudo para ajuizamento de ACPs pelas entidades sindicais de base. Intensificar e potencializar as campanhas midiáticas nas localidades contra atitudes do governo
6. Ingresso da Fasubra com Amicus Curiae na Adin 6767, que discute a constitucionalidade do Decreto 10.620/21.
7. Necessidade de as entidades de base atualizar os dados perenes no CNES/ME referente ao registro sindical.
8. Buscar estratégia de enfretamento da desfiliação de servidores via SIGEPE
9. Necessidade de realização de campanhas de filiação pelas entidades de base;
10. Necessidade de organizar uma discussão ampla sobre Organização Sindical.



11. Necessidade de análise do alcance da Lei n. 14.128 sobre indenização de servidores da saúde vítimas da Covid-10.
12. Necessidade de análise da LGPD e sua aplicação às entidades sindicais
13. Necessidade de análise do trabalho remoto e a responsabilidade do servidor em relação a dados.

João Paulo Ribeiro

Helder de Castro Barbosa

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho

FASUBRA Sindical

A DIREÇÃO NACIONAL DA FASUBRA ORIENTA AS ENTIDADES DE BASE PARA INSTALAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC 32

Em cumprimento às deliberações da Plenária Nacional ocorrida nos dias 11, 12, 13 e 17 de março, a Direção Nacional da FASUBRA, reuniu-se no dia 05/04 com o objetivo de definir os critérios para a instalação do **Comando Nacional de Mobilização para acompanhamento da tramitação da Reforma Administrativa, a PEC 32.**

No início da reunião foi observado que na convocatória da reunião da DN havia sido pautado o debate sobre a instalação do Comando saiu na convocatória com a seguinte chamada: Encaminhamento sobre a constituição da **Comissão de Mobilização de BASE. (CMB)**. Observado o destaque sobre o erro no enunciado da pauta a coordenação da mesa imediatamente solicitou que fosse desconsiderado tal enunciado e fosse considerado o seguinte enunciado: Encaminhamentos sobre a constituição e instalação do **COMANDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO.**

Após esse ajuste na pauta a Direção Nacional, encaminhou e votou as propostas que seguem abaixo para instalação do Comando Nacional de Mobilização.

Também seguindo a deliberação da Plenária Nacional, DN da FASUBRA orienta as entidades de base a constituírem os comandos de mobilização de base.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Critérios para indicação de representantes para o Comando Nacional de Mobilização para com ênfase no acompanhamento da tramitação da Reforma Administrativa- PEC 32.

- As entidades de base deverão indicar suas/seus representantes escolhidas/escolhidos em assembleia geral, cujo tema seja pautado;
- Os critérios para indicação estão previstos no Estatuto da Federação nos artigos 32 e 33 e seus parágrafos, conforme transcrito a seguir:

II - PLENÁRIA NACIONAL GERAL DA FASUBRA SINDICAL DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 32 - A Plenária Nacional Geral (PNG), órgão máximo de deliberação entre um Congresso e outro, será constituída por delegados dos Sindicatos filiados, eleitos em conformidade com os seus Estatutos, respeitada a representação proporcional de suas Seções Sindicais e, ainda, por um representante da Direção do Sindicato, referendado pelas Assembleias Gerais de Base.

Artigo 33 - As delegações dos Sindicatos serão compostas por representantes diretos da base da categoria e por membros da Coordenação e/ou Direção das Entidades Filiadas, referendado pelas Assembleias de Base, de acordo com a seguinte tabela relativa às respectivas seções sindicais:

Número de Trabalhadores na Base Delegados de Base Delegados de Direção

Até 500	01 01
501 a 1500	02 01
1501 a 3000	03 01
3001 a 5000	04 01
5001 a 7500	05 01
7501 a 10500	06 01
Acima de 10500	07 01

§ 1º - É obrigatória a realização de Assembleia Geral antecedendo a respectiva Plenária Nacional Geral para que seja aceito o credenciamento de delegados, inclusive para inscrição dos delegados representantes das Diretorias das Entidades de Base.



§ 2º - A escolha dos delegados de base para a Plenária Nacional Geral, no caso de apresentação de mais de uma chapa, obedecerá ao critério da proporcionalidade entre as chapas concorrentes, de acordo com os seguintes critérios:

I - Quando houver 2 (duas) chapas só participam as que obtiverem no mínimo 10 % (dez por cento) dos votos válidos;

II - Quando houver mais de 2 (duas) chapas só participam as que obtiverem pelo menos 5% (cinco por cento) dos votos válidos.

§ 3º - Serão considerados votos válidos para cálculo da proporcionalidade apenas aqueles atribuídos a qualquer uma das chapas concorrentes.

§ 4º - A proporção dos delegados de base de cada chapa concorrente será estabelecida tendo em conta o número total de presentes na Assembleia Geral e o número de votos válidos obtidos por cada chapa concorrente, observado o quórum mínimo para escolha de 1(um) delegado para cada 10 (dez) presentes na Assembleia Geral, ou fração igual ou superior a 5 (cinco).

§ 5º - Os delegados das Diretorias das entidades filiadas só terão direito a voto nas Plenárias da Federação, se sua indicação for referendada na Assembleia Geral convocada, antecedendo à realização da Plenária e, em caso de haver mais de um candidato para a vaga de diretoria, caberá à Assembleia Geral escolhê-lo.

§ 6º - No caso de sindicatos com base estadual, será respeitada a indicação de delegado, considerando a representação proporcional ao tamanho de sua base, obedecido o disposto neste artigo, devendo-se garantir a participação das IES que compõem a base desta entidade, obedecendo ao estatuto de cada entidade."

As entidades de base deverão informar os nomes que a representarão no Comando Nacional de Mobilização para o e-mail: secretaria@fasubra.org.br, com cópia para credenciamento@fasubra.org.br, enviando ata da assembleia e lista de presença.

- O Comando Nacional de Mobilização, terá caráter consultivo;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

- A instalação do Comando Nacional de Mobilização será feita, pela Direção Nacional da FASUBRA, após comunicação de 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) das entidades filiadas e em dia com suas obrigações para com a Federação.
- A indicação do delegado da base para o Comando deverá ser comunicada através do email da secretaria da FASUBRA;
- Os encaminhamentos de questões debatidas pelo Comando Nacional de Mobilização serão feitos por consenso.
- Os temas que obtiverem consenso serão encaminhados à Direção Nacional para análise.
- O Comando Nacional de Mobilização se reunirá, por convocação da DN FASUBRA, em função da agenda de tramitação da Reforma Administrativa, a PEC 32.
- A primeira reunião do Comando Nacional de Mobilização será convocada 05 (cinco) dias após atingir o quórum previsto no item 4.

CALENDÁRIO

ABRIL

27	Proposta de Atividade on-line - webinar do FONASEFE
30	FONASEFE - Ato Nacional em defesa do do serviço público contra a PEC 32

MAIO

01	Dia Internacional de Luta do Trabalhador
13	Dia Nacional de combate ao Racismo